



REGULAMENTO INTERNO DO CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE ÉVORA (CLASE)

Preâmbulo

Numa época onde o fenómeno da globalização favorece o encontro com todos os cantos do mundo e impõe uma coexistência permanente de culturas, os indivíduos pautam cada vez mais os seus comportamentos e atitudes por informações e modas homogeneizadas e desenvolvem hábitos de estar na vida social e familiar marcados profundamente pelo individualismo e isolamento.

Um outro fenómeno que advém da mutação provocada pelos modos de vida das sociedades modernas, tem a ver com as profundas transformações que a família, na sua génese, tem vindo a sofrer, das quais destacamos; a privatização da sua natureza; a progressiva redução da sua dimensão; a diminuição gradual das suas funções e a igualitarização dos papéis sociais no seu interior. Esta transformação resulta de uma multiplicidade de factores, muitas vezes causa/efeito de problemas sociais, que conduzem quase sempre a situações de exclusão social.

A exclusão social conhece hoje uma expressão crescente. Agir sobre ela exige uma política de desenvolvimento que não seja da exclusiva responsabilidade do sector social, mas sim, capaz de implicar uma articulação efectiva entre políticas económicas, educativas, sociais e ambientais, assentes numa actuação concertada, pluridisciplinar e interinstitucional. Assim, promover a reinserção social ou prevenir a exclusão é trabalhar ao nível de uma política de desenvolvimento centrada no factor humano, que tome como alvo essencial as pessoas e os grupos desfavorecidos, prossiga como objectivo a plena integração de todos, valorize a igualdade de oportunidades e o respeito pela dignidade humana e fomente a solidariedade a vários níveis, começando pela implementação de medidas de “discriminação positiva” necessárias para combater problemas de excepção.

A intervenção no plano social, designadamente junto de grupos mais carenciados e sujeitos a processos de exclusão, constitui um instrumento importante na valorização global da cidade e dos recursos humanos em concreto, e revela-se condição ética incontornável na construção do futuro de Évora.

A implementação do Programa da REDE SOCIAL, prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, no concelho de Évora

desde 1999, tornou-se durante seis anos uma acção relevante na afirmação de uma imagem do concelho, assente na dimensão humana e nos valores do diálogo, da partilha e da cidadania.

Na prossecução das premissas acima referidas, em 2006 surge o Decreto-Lei 115/2006, de 14 de Junho, onde são consagrados os princípios, finalidades e objectivos da Rede Social, assim como é definida a constituição, funcionamento e competências dos seus órgãos.

Neste sentido, e tomando como referência o Decreto-Lei 115/2006, de 14 de Junho, é aprovado o presente Regulamento Interno do CLASE, o qual disciplina o processo de organização e funcionamento do mesmo.

Capítulo I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Designação

Com a designação de CLASE é constituído o Conselho Local de Acção Social de Évora, cujo enquadramento jurídico se encontra previsto no Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho.

Artigo 2.º

Âmbito territorial

O âmbito territorial do CLASE corresponde ao concelho de Évora.

Artigo 3.º

Natureza

O CLASE é um órgão de diálogo, análise, concertação e congregação de esforços, baseado na livre adesão, constituindo um espaço privilegiado no sentido de promover e contribuir para a erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão social, assim como para o processo de desenvolvimento social do concelho de Évora.

Artigo 4.º

Objectivos

A Rede Social no concelho de Évora e muito em concreto o CLASE, constitui-se como uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados que tem por objectivos:

- a) Promover a efectiva participação da sociedade civil e das entidades públicas na elaboração e definição do diagnóstico social e do plano de desenvolvimento social do concelho de Évora;
- b) Contribuir para a valorização do papel dos agentes sociais do concelho de Évora no processo de desenvolvimento do mesmo;
- c) Contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social no concelho de Évora;
- d) Criar um sistema inovador e eficaz para a circulação de informação e rentabilização técnica nas várias parcerias institucionais existentes no concelho de Évora, que desenvolvem a sua intervenção na problemática social;
- e) Dinamizar uma estratégia de intervenção local que promova o recurso aos diversos mecanismos de apoio e financiamento às iniciativas locais de natureza social, sejam eles de natureza nacional ou europeia, por forma a potenciar a implementação de respostas inovadoras e a elaboração dinâmica do Diagnóstico Social do concelho de Évora;
- f) Incentivar e dinamizar a constituição das Comissões Sociais de Freguesia em todas as freguesias do concelho de Évora.

Capítulo II

CLASE

Artigo 5.º

Composição

1 - O CLASE integra:

- a) O presidente da Câmara Municipal de Évora;
- b) As entidades e organismos do sector público, nomeadamente os tutelados pelos membros do Governo, tais como o Instituto de Emprego e Formação Profissional de Évora, o Centro Distrital de Segurança Social de Évora, a Direcção Regional de Educação do Alentejo, a Administração Regional de Saúde do Alentejo e, ainda, as áreas da Justiça, da Administração Interna, das Obras Públicas e do Ambiente;
- c) As instituições que desenvolvem respostas sociais, através de acordos de cooperação com organismos públicos;
- d) Os presidentes das Juntas de Freguesia do concelho de Évora;

- e) Entidades sem fins lucrativos, tais como associações sindicais, associações empresariais, instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, organizações não governamentais, associações humanitárias, associações de desenvolvimento local, associações culturais e recreativas e outras instituições do sector cooperativo e social.

2 - Podem ainda integrar o CLASE, entidades com fins lucrativos e pessoas dispostas a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento social local, nomeadamente através dos seus conhecimentos técnicos, intervenção comunitária ou contributos financeiros;

3 - Devem também participar nos trabalhos do CLASE, sem direito a voto, representantes de outras estruturas de parceria que intervêm designadamente no âmbito social e da educação, representantes de projectos ou pessoas com conhecimentos especializados sobre temas ou realidades concelhias, nomeadamente:

- a) Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Évora (CPCJ);
- b) Núcleo Local de Inserção;
- c) Conselho Municipal de Educação;
- d) Serviço Municipal de Protecção Civil.

Artigo 6.º

Condições de adesão

1 - A adesão das entidades referidas nas alíneas c) e e) do n.º 1 do artigo anterior depende de as mesmas exercerem a sua actividade na área geográfica do concelho de Évora ou de o seu âmbito de intervenção ser relevante para o seu desenvolvimento social local.

2 - A adesão das entidades e das pessoas referidas no n.º 2 do artigo anterior carece de aprovação pela maioria dos membros que compõem o CLASE.

Artigo 7.º

Presidência

1 - O CLASE é presidido pelo presidente da Câmara Municipal de Évora.

2 - O presidente da Câmara Municipal de Évora pode delegar a presidência do CLASE num vereador da Câmara Municipal, sem faculdade de subdelegação.

Artigo 8.º

Competências do presidente

1 – Compete ao presidente do CLASE, convocar as reuniões, presidir e dinamizar o plenário, bem como informar o plenário de todos os pareceres emitidos pelo núcleo executivo;

2 – Compete, ainda, ao presidente do CLASE integrar, em sua representação, a plataforma de âmbito territorial supra concelhia prevista no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho, onde deverá, dentro das competências desta estrutura, apresentar os problemas que careçam de análise e

resolução neste âmbito ou encaminhamento para o nível nacional, bem como facultar toda a informação considerada útil no contexto da actividade da plataforma.

Artigo 9.º

Funcionamento

1 - O CLASE funciona em plenário, composto pelos representantes de todos os seus membros.

2 – Na actividade deliberativa do plenário os representantes dos membros deverão procurar encontrar soluções consensuais, sendo que, na sua falta, as deliberações serão tomadas pelo voto maioritário dos presentes.

3 – O plenário tem anualmente três reuniões ordinárias, em Janeiro, Maio e Setembro, reunindo, ainda, nos meses de Junho e Dezembro para avaliação da execução do plano de desenvolvimento social e dos planos de acção.

4 – O plenário pode, ainda, reunir extraordinariamente por iniciativa do presidente ou a requerimento dos seus membros.

5 – Sempre que necessário para o exercício das suas competências, o CLASE pode organizar-se em grupos de trabalho.

Artigo 10.º

Competências do plenário

Compete ao plenário:

- a) Aprovar o regulamento interno, bem como as alterações que venham a ser propostas, com vista à sua eficácia e adequabilidade à realidade social local;
- b) Constituir o núcleo executivo;

- c) Aprovar a criação de grupos de trabalho temáticos, sempre que necessário para o tratamento de assuntos específicos;
- d) Fomentar a articulação entre os organismos públicos e entidades privadas, visando uma actuação concertada na prevenção e resolução dos problemas locais de exclusão social e pobreza;
- e) Promover e garantir a realização participada do diagnóstico social, do plano de desenvolvimento social e dos planos de acção anuais;
- f) Aprovar e difundir o diagnóstico social e o plano de desenvolvimento social, assim como os planos de acção anuais;
- g) Promover a participação dos parceiros e facultar toda a informação necessária para a correcta actualização do sistema de informação local e nacional;
- h) Avocar e deliberar sobre qualquer parecer emitido pelo núcleo executivo;
- i) Tomar conhecimento de protocolos e acordos de cooperação celebrados entre o Estado, as autarquias, as instituições de solidariedade social e outras entidades que actuem no concelho;
- j) Apreciar as questões e propostas que sejam apresentadas pelas Comissões Sociais de Freguesia, ou por outras entidades, e procurar as soluções necessárias mediante a participação de entidades competentes representadas, ou não, no CLASE;
- k) Avaliar semestralmente, nos meses de Junho e Dezembro, a execução do plano de desenvolvimento social e dos planos de acção;
- l) Promover acções de informação e formação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência colectiva dos problemas sociais;
- m) Submeter à decisão das entidades competentes as questões e propostas que não se enquadrem na sua área de intervenção;
- n) Pronunciar-se sobre as políticas e estratégias de intervenção social local e nacional, provenientes da administração central, com impacto na região.

Artigo 11.º

Organização e Composição do núcleo executivo

1 – O CLASE dispõe de um núcleo executivo composto por sete elementos.

2 – Integram obrigatoriamente o núcleo executivo os representantes do Centro Distrital de Segurança Social de Évora e da Câmara Municipal de Évora e de uma entidade sem fins lucrativos eleita entre os parceiros deste grupo da seguinte forma:

a) O Presidente do CLAS, elaborará ofício circular a todas as entidades sem fins lucrativos que aderiram à Rede Social de Évora, no sentido de estas indicarem a sua disponibilidade à representatividade como candidatos no núcleo executivo;

b) O CLASE deverá elaborar um boletim de voto com as entidades candidatas, para votação de todos os seus pares, membros do CLASE;

c) Após a votação e em caso de empates, deverá fazer-se:

- novo escrutínio apenas com os candidatos mais votados e em situação de empate, no sentido de apurar o eleito;
- mantendo-se a situação de empate, deverá o Presidente do CLASE, indicar o representante;

3 – Os restantes elementos do núcleo executivo são eleitos pelo CLASE de dois em dois anos, da seguinte forma:

a) Deverá o Plenário do CLASE, seleccionar dos membros que o compõem, 6 candidatos representantes para integrar o núcleo executivo;

b) Caso estejam interessados em ser membros do núcleo executivo, os candidatos seleccionados, serão alvo de votação na reunião do Plenário;

c) Não existindo candidatos, o Presidente do CLASE deverá propor as áreas que considera fundamentais para integrarem o núcleo executivo, e dessas áreas deverão ser seleccionados os 4 representantes;

d) Estes elementos do núcleo executivo serão eleitos pelo CLASE de dois em dois anos.

Artigo 12.º

Funcionamento do núcleo executivo

O núcleo executivo reúne mensalmente, excepto nos meses de Julho e Agosto, podendo, ainda, reunir extraordinariamente sempre que seja considerado necessário.

Artigo 13.º

Competências do núcleo executivo

1 - Compete ao núcleo executivo:

- a) Elaborar o regulamento interno do CLASE;
- b) Executar as deliberações do CLASE;
- c) Elaborar proposta do plano de actividades anual do CLASE e do respectivo relatório de execução;
- d) Assegurar a coordenação técnica das acções realizadas no âmbito do CLASE;

- e) Elaborar o diagnóstico social, o plano de desenvolvimento social e os respectivos planos de acção anuais;
- f) Proceder à montagem de um sistema de informação que promova a circulação de informação entre os parceiros e a população em geral;
- g) Colaborar na implementação do sistema de informação nacional;
- h) Dinamizar os diferentes grupos de trabalho que o plenário do CLASE delibere constituir;
- i) Promover acções de formação para os parceiros, de acordo com as necessidades existentes;
- j) Acompanhar a execução dos planos de acção anuais;
- k) Elaborar os pareceres e relatórios solicitados pelo CLASE;
- l) Estimular a colaboração activa de outras entidades, públicas ou privadas, na prossecução dos fins do CLASE;
- m) Emitir pareceres sobre candidaturas a programas nacionais ou comunitários fundamentados no diagnóstico social e no plano de desenvolvimento social;
- n) Emitir pareceres sobre a criação de serviços e equipamentos sociais, tendo em vista a cobertura equitativa e adequada no concelho, assim como o impacte das respostas em matéria de igualdade de género, designadamente na conciliação da vida familiar e da vida profissional.

2 - No exercício das suas competências, o núcleo executivo pode solicitar a colaboração de outras entidades que compõem o CLASE.

Artigo 14.º

Direitos e deveres dos membros do CLASE

1 - Constituem, entre outros, direitos dos membros do CLASE:

- a) Estar representado em todas as reuniões plenárias do CLASE;
- b) Ser informado, pelos restantes membros do CLASE, de todos os projectos, medidas e programas de intervenção social;
- c) Aceder a toda a informação produzida no âmbito das actividades do CLASE.

2 - Constituem, entre outros, deveres dos membros do CLASE:

- a) Participar, através do respectivo representante, em todas as reuniões plenárias do CLASE;

- b) Informar os restantes parceiros do CLASE acerca de todos os projectos, medidas e programas de intervenção social;
- c) Garantir a permanente actualização da base de dados local;
- d) Participar activamente na realização e actualização do diagnóstico social, plano de desenvolvimento social e planos de acção;
- e) Colaborar, mediante disponibilização dos recursos existentes, na elaboração, implementação e concretização do plano de acção.

3 - O incumprimento dos deveres referidos no n.º 2 do presente artigo poderá determinar a suspensão temporária ou definitiva, nos seguintes termos:

- a) A não comparência, sem a devida justificação, a, pelo menos, duas reuniões consecutivas do plenário, ou três interpoladas dentro do mesmo ano civil, poderá determinar a suspensão temporária do membro até ao limite de seis meses;
- b) A não comparência, sem a devida justificação, a todas as reuniões do plenário que se realizem dentro de um ano civil, poderá determinar a suspensão definitiva do membro;
- c) O incumprimento dos restantes deveres poderá determinar a suspensão do membro até ao limite de um ano.

4 - A aplicação das sanções previstas no número anterior são da competência do plenário, sendo obrigatoriamente precedidas da garantia de defesa do membro em causa.

Artigo 15.º **Emissão de Pareceres**

1. Compete ao CLAS a emissão de pareceres sobre as candidaturas de organizações locais a programas nacionais ou comunitários enquadrados no Diagnóstico Social e no Plano de Desenvolvimento Social do Concelho, assim como, sobre a criação de serviços e equipamentos sociais no território.
2. Para a emissão destes pareceres, poderão ser disponibilizados pelas entidades financiadoras, grelhas de avaliação próprias, que serão aplicadas pelo Núcleo executivo cuja avaliação/aplicação por este órgão será posteriormente sujeita à aprovação do Plenário.

3. Nos casos em que, seja solicitado um parecer ao CLASE, sem que seja disponibilizada uma grelha de avaliação, deverá o núcleo executivo construir este instrumento e submetê-lo à apreciação e aprovação do Plenário.
4. O Plenário deverá pronunciar-se acerca dos pareceres através de voto secreto de acordo com as seguintes regras:
 - a) Os representantes das entidades candidatas, podem assistir aos trabalhos, bem como pronunciar-se acerca da candidatura que estão a efectuar;
 - b) Estes não devem participar no acto de votação em que esteja em causa a sua própria candidatura, considerando que são parte interessada na votação, e de modo a que fique garantida a imparcialidade dos resultados;
 - c) Para cada candidatura efectuada no concelho, o núcleo executivo deverá elaborar parecer técnico e boletins de voto correspondentes, para que os membros do Plenário possam votar nos pareceres dos projectos/equipamentos candidatos.

Artigo 16º

Reuniões

1 - As reuniões, quer do plenário quer do núcleo executivo, são convocadas pelo presidente do CLASE por escrito, com a antecedência mínima de 5 dias úteis, excepto se, por motivo de urgência, tal prazo não possa ser cumprido.

2 – As convocatórias deverão indicar o dia, hora e local das reuniões, bem como a respectiva ordem de trabalhos.

3 – De cada reunião é lavrada acta, a aprovar na reunião seguinte, a qual contém um resumo do que essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, o membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações.

Capítulo III

Disposições finais

Artigo 17.º

Casos omissos

1 – A tudo o que não estiver expressamente previsto no presente regulamento aplica-se a legislação em vigor.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, é da competência do plenário do CLASE o esclarecimento de dúvidas e a regulação dos casos omissos.

Artigo 18.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor logo que aprovado em reunião plenária do CLASE.